

Saúde: descontrole no Rio

GOVERNO NÃO FISCALIZA AUTORIZAÇÕES

A subsecretária de Planejamento e Controle da Secretaria Estadual de Saúde do Rio, Rosângela Bello, admitiu ontem que o governo não fiscaliza o preenchimento de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) pelos hospitais. "Recebemos os disquetes dos hospitais e os enviamos diretamente para o DataSus (órgão do Ministério da Saúde que emite os cheques)."

Reportagem publicada ontem pelo JT mostrou que auditores do Ministério da Saúde constataram fraudes em 403 unidades hospitalares do Rio, que comprometeram os R\$ 123 milhões repassados ao Estado pelo governo federal somente no ano passado para pagamento de AIHs. O Estado recebe uma cota de 99 mil autorizações mensais. Segundo a subsecretária, "as AIHs são um cheque em branco".

A subsecretária também revelou ter sofrido pressões de deputados federais para liberar o pagamento de AIHs para hospitais da rede conveniada do Estado. Ela não quis revelar os nomes, mas garantiu que "toda semana tem deputado federal ligando de Brasília para pedir a liberação do pagamento para hospitais do Estado".

As AIHs são documentos utilizados pelo Ministério da Saúde para remunerar os serviços prestados pela rede conveniada, de acordo com a produtividade de cada unidade. Entre as fraudes detectadas pelos médicos Issac Wajsbrot e Cliacir Amorim, que durante oito meses analisaram todos os pagamentos de AIHs autorizados pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio no ano passado e nos quatro primeiros meses deste ano, estão casos como um diagnóstico de

câncer em testículos em paciente do sexo feminino, doentes que "morreram" duas vezes e cidades que internaram mais de 60% de sua população.

Em decorrência das fraudes constatadas na auditoria, o procurador da República André Barbeitas pediu abertura de inquérito na Polícia Federal. No seu parecer sobre o caso, ele afirmou que as fraudes não são circunstanciais. Para Rosângela Bello, que concorda com a denúncia feita por Barbeitas, "o sistema é uma caixa-preta".

Rosângela Bello disse que o DataSus só envia os relatórios sobre o pagamento das AIHs

com três meses de atraso, o que, segundo ela, impede a suspensão do repasse do dinheiro em caso de irregularidade. Ela garantiu que em setembro a Secretaria passará a fiscalizar as autorizações com uma equipe própria de auditores.

Esta semana

foi descoberta uma nova modalidade de fraude com AIHs na Baixada Fluminense. Uma governanta desempregada, Luiza Veltem de Souza, foi flagrada pelo prefeito de Japeri, Carlos Moraes, vendendo AIHs para pacientes dentro de um posto de saúde do município. As autorizações tinham até tabela de preços — R\$ 20,00 uma AIH comum, e R\$ 50,00, para cesariana, muito procurada na Baixada por estar associada à esterilização feminina.

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar o envolvimento de outras pessoas no esquema. Há suspeitas de que médicos e funcionários das secretarias de Saúde dos municípios da Baixada estejam implicados no crime.

Chico Otávio/AE

**Em um posto de
saúde na Baixada,
desempregada
estava vendendo
autorizações para
internação**